

# Ainda a marxização do ensino

24 MAI 1987

Esquecendo

Há pouco mais de um mês, trazemos ao conhecimento de nossos leitores os textos elaborados para o ensino da História, sob o patrocínio da Superintendência Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em que, de acordo com o jargão esquerdista, se pretendia "instrumentalizar o aluno" para a descoberta das *contradições* na sociedade capitalista, que, indica-o claramente toda a orientação do programa, deve ser substituída por uma sociedade socialista.

O caso de Minas Gerais está longe de ser isolado. Pouco após a publicação do editorial, um leitor, professor de escola secundária no Rio de Janeiro, escrevia-nos a queixar-se de que o mesmo acontecia no seu Estado. E, mais ou menos na mesma ocasião, chegava-nos às mãos, igualmente, a Proposta Curricular para o Ensino de História, 1º Grau, elaborada sob a responsabilidade da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp) da Secretaria da Educação do Governo do Estado de S.Paulo (3ª edição preliminar, 1986), marcada pelos mesmos cacoetes ideológicos, que vão fazendo de nossa escola oficial de 1º e 2º grau um viveiro para a formação de futuros militantes do arcaísmo estato-socialista, que continua a prosperar nos países subdesenvolvidos, apesar de sua comprovada falência em toda parte.

Afinal, que adultos, presumivelmente já formados, seduzidos pelas facilidades de explicação dos acontecimentos, encontradiças nos esquemas simplificados do marxismo, que, de resto, sob a forma do lenin-stalinismo, explicam as carências e o retardamento dos subdesenvolvidos pela famigerada invocação sistemática da "ação imperialista", transferindo para outrem a responsabilidade de própria, queiram satisfazer-se no seu primarismo esquerdizante, admitem-se: afinal, dizíamos, são adultos e senhores de seu próprio nariz. Assim,

que se deleitem com as explicações esquemáticas e que vejam todos os fatos sob a óptica deformada e deformante da ideologia, pois, embora isso seja doloroso, é problema seu. O que não é admissível é que transformem os seus ressentimentos e as suas insuficiências culturais, as suas limitações intelectuais e a sua falta de espírito crítico, em programas de ensino, a ser enfiados garganta abaixo de crianças ou de adolescentes sem condições de defender-se do alude ideológico em que são soterrados, num processo prematuro de autêntica imbecilização.

E o pior de tudo é que esses programas fundados em explicações pré-fabricadas são apresentados como o supra-sumo do espírito crítico, em nome de uma suposta pedagogia "moderna", em que, antes mesmo que a criança aprenda a ler e a escrever direito e a realizar as quatro operações, deve começar a exercitar a sua "atividade analítica", em pesquisas que lhe demonstrarão o *verdadeiro caminho* que devem seguir as sociedades para atingir a justiça e a prosperidade, graças, naturalmente, à equânime distribuição de um produto material inexistente e que continuará a inexistir enquanto se esperar que ele brote da magia ideológica ou da fantasia utópica.

Seria por demais fastidioso e repetitivo examinar esses múltiplos programas, projetos de programas e justificações, que as nossas secretarias de Estado da Educação vão produzindo em massa, um pouco por toda parte, uns um pouco mais elaborados, outros menos, mas subordinados todos ao mesmo jargão e basicamente fundados nas mesmas indicações bibliográficas, com pitadas, aqui e ali, de "nova história", frequentemente deformada e mal compreendida, além de mal citada.

Tomemos, contudo, um trecho da proposta paulista, aliás, justiça seja feita, mais bem elaborada do que a mineira e com uma citação

mais abundante de autores, embora presa ao mesmíssimo espírito. Mas vamos à passagem escolhida, que figura logo na introdução da proposta: "É importante termos presente que — em nome de um conhecimento científico da História e de todos os outros campos do saber — nós, professores de 1º e 2º graus, somos levados a transmitir conteúdos já elaborados a alunos esvaziados de suas experiências. É também em nome de uma administração científica do trabalho e dos serviços de modo geral que todos os trabalhadores são desqualificados em seu saber fazer, em suas reivindicações e em sua cultura, tanto no modo de viver, como no de pensar e agir". Essa "desqualificação", saiba-o o leitor, é produto de "dimensões de um saber fazer historicamente expropriado pelo sistema capitalista" e que o sistema educacional deve procurar "resgatar", palavra hoje muito em moda no jargão historiográfico esquerdizante. Mas, para esse "resgate" contra o naturalmente execrando rapto capitalista (a expressão, no caso, é sugerida por nós, mas se ajusta bem ao espírito do documento) o fundamental será a elaboração de "uma proposta pedagógica que supera o divórcio assumido entre os três graus de escolaridade de no que se refere ao ensino e à pesquisa, onde passivamente cabe ao 1º e 2º graus o ensino como transmissão de informações, e ao 3º grau fica reservado o privilégio da pesquisa e da consequente produção do conhecimento. Resistindo a essa divisão do trabalho entre os profissionais de História, formulamos esta Proposta Curricular acreditando na possibilidade da coexistência e mesma identidade do ensino/pesquisa, ou seja, da produção do conhecimento em todos os níveis sociais e graus de escolaridade, associada a uma postura indagativa diante do conhecimento já produzido. O que se pretende é ultrapassar a mera transmissão de informações, orientando pro-

fessores e alunos na compreensão dos procedimentos para produção do conhecimento, bem como das concepções ideológicas que lhes são subjacentes". É claro que essa orientação de professores e alunos tem apenas uma mão de direção. Mas não é só. Além de confundir espírito crítico (que se há de alimentar, antes de tudo, de informações tão completas e objetivas quanto possível) com esse jargão que, em lugar de "produzir conhecimentos", produz no máximo militantes, consegue-se, na verdade, esvaziar a escola de todo real conteúdo, em nome de uma pesquisa "baseada na experiência vivida", deviadamente selecionada pelos professores com propósitos político-ideológicos indiscutíveis, no sentido de destruir a civilização liberal-capitalista, obra do espírito inventivo e criador do Ocidente, em nome dos arcaicos paraísos perdidos que — mostrou tragicamente o nosso século — conduzem aos totalitarismos, com os seus "gulags" e as suas "Nomenklaturas".

Não se trata, no ensino da História, de defender este ou aquele sistema político-econômico e muito menos de reduzir a rica aventura humana a esquemas ideológicos ou economicistas, roubando à criança e ao adolescente a descoberta, a surpresa, o fascínio que brotam do contato descompromissado com o saber em geral e com o saber do passado. No entanto, além de informar cada vez menos os nossos estudantes de 1º e 2º grau, a ponto de impedi-los de realizar qualquer pesquisa autêntica, já não dizemos quando chegam à universidade, mas até mesmo, cada vez mais, quando atingem a pós-graduação, esse esterilizante ensino pseudo-crítico, fundado nesse "samba de uma nota só" que é o infantilismo ideológico esquerdista, em lugar de resgatar o que quer que seja estiola o autêntico espírito de investigação, que não floresce no vazio ou nas orientações catequéticas.